



MUNICÍPIO DO BARREIRO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Ata nº16/14

Reunião Ordinária da Assembleia Municipal

Realizada 09 de Dezembro de 2014

Aos nove dias do mês de Dezembro do ano dois mil e catorze, pelas vinte e uma horas, no Auditório da Biblioteca Municipal reuniu a Assembleia Municipal do Barreiro, com a seguinte **Ordem de Trabalho**:

3. PERÍODO DA ORDEM DO DIA

3.3 PLANO DE ATIVIDADES, ORÇAMENTO, PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS E MAPA DE PESSOAL DOS SMTCB PARA 2015;

3.4 ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO DO CONSELHO MUNICIPAL DO ASSOCIATIVISMO;

3.5 RATIFICAÇÃO DO PARECER VINCULATIVO RELATIVO À PROPOSTA DE DECRETO-LEI QUE PRECONIZA A FUSÃO DOS SMM DE ÁGUAS E SANEAMENTO;

3.6 ALTERAÇÃO DOS ESTATUTOS DA ASSOCIAÇÃO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA DA REGIÃO DE SETÚBAL - (AIA);

3.7 CONTRATAÇÃO EM REGIME DE CONTRATO DE TRABALHO EM FUNÇÕES PÚBLICAS POR TEMPO INDETERMINADO PARA A CATEGORIA DE ASSISTENTES OPERACIONAIS.

Verificada que foi a existência de quórum, foi declarada aberta a reunião pelas 21,20 hora, registando-se a presença de 30 deputados municipais, conforme lista de presenças anexa à ata.

O Senhor Presidente da Mesa fez a leitura dos pedidos de substituição que foram feitas pelos deputados municipais, ao abrigo do artigo 78º da lei 169/99 de 18 de Setembro, revista pela lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro.

- Espírito Santo é substituído por Sílvia Baião
- Apolónia Teixeira é substituída por Hélder Loução
- Rita Carvalho é substituída por Alfredo Falcão
- Antonieta Oliveira é substituída por José Carlos Marques
- Madalena Pereira é substituída por Teresa Guerreiro
- Carlos Guerreiro é substituído por Couceiro Machado



MUNICÍPIO DO BARREIRO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Em substituição do deputado Vicente Figueira da Junta de Freguesia de Santo António da Charneca, Joaquim Jorge.

O Executivo Camarário esteve representado pelo Senhor Presidente Carlos Humberto Palácios Pinheiro de Carvalho e pelos Vereadores, Sofia Amaro Martins, Regina Célia Gonçalves Agostinho Janeiro, Rui Pedro Gaspar Lopo, Sónia Isabel Oliveira Lobo, Luís Filipe Pimenta Ferreira, Rui Jorge Fernandes Faria, e Bruno Jorge Viegas Vitorino.

A Mesa é composta pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Frederico Fernandes Pereira, pelo primeiro Secretário Vítor Manuel Batista Ribeiro dos Santos e pela segunda Secretária Ana Maria Rodrigues Gomes da Silva.

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal**, dá início aos trabalhos com o ponto 3.3. da Ordem de Trabalho.

3.3 PLANO DE ATIVIDADES, ORÇAMENTO, PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS E MAPA DE PESSOAL DOS SMTCB PARA 2015

A Assembleia Municipal aprovou por **MAIORIA**, com 22 votos a favor, 17 da CDU, 2 do PSD, 2 do BE e 1 do MCI e 8 votos contra do PS, a deliberação da Câmara Municipal acima referenciada e apresentada pelo Senhor Vereador Rui Lopo, o documento encontrando-se inserto no final desta ata como “**Anexo B**”.

O VEREADOR RUI LOPO – Apresenta o documento que está em apreço de uma forma sintética.

Sublinha na discussão feita na Comissão de Finanças em relação aos TCB, a duração e a densidade.

É relativamente conhecido que no Barreiro as pessoas andam mais de autocarro do que nos transportes individuais e é a única Cidade do País onde isto acontece. Esta por si só já é uma referência muito forte para que continuem a ter um serviço de transporte como têm hoje.



MUNICÍPIO DO BARREIRO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Esta é uma opção feita em sede de política autárquica, relevante que se traduz em qualidade de vida em variadíssimos aspetos.

Este orçamento está em linha com orçamentos anteriores, que procura traduzir rigor na análise de gestão, rigor e proximidade da avaliação que fazem de um conjunto de situações, que estão menos bem e que precisarão de evolução. Mas é também um orçamento que não se afasta da realidade do País.

É afetado pelas questões socioeconómicas. É um dado adquirido que a redução de receita em transportes públicos, tem muito a ver com o elevado desemprego que aflige o País.

É um orçamento que está sujeito a um contexto muito relevante que é a pressão do contexto metropolitano de transportes. Do que conhecem podem vir a ser durante o ano de 2015 o único operador de cariz público no quadro metropolitano. Isto pode promover um desequilíbrio de forças em todas as frentes que os TCB trabalham. Seja nos acordos com os outros operadores, quer do ponto de vista das conversas que tem que continuar a manter com a tutela setorial, com a Secretaria de Estado dos Transportes.

O orçamento de 2015 é o mais equilibrado, porque contempla indemnizações compensatórias e a repartição de receita. A sua execução pode ser muito marcada pela correlação de forças de carácter metropolitano.

Reduz cerca de 600 mil euros face ao orçamento anterior. Prevê a aquisição de oito viaturas e mais uma. A diferença é que adquiriram oito carros que andam e mais um exclusivamente para aproveitar peças de substituição.

Por via de um conjunto de candidaturas feitas aos fundos do CREN, os TCB viu uma aprovada, no valor de aproximadamente 200 mil e que visa um aspeto central com dois sub-aspetos. A modernização da lógica de gestão dos TCB, onde o objetivo é que a bilhética de bordo possa ser automatizada e outra componente tem a ver com a gestão da informação às pessoas. Derivando da combinação daqueles dois fatores e muito inovadora é a ideia que têm de os autocarros fora das horas de ponta, conseguirem adaptar a sua frequência à real procura.

A Deputada **Zélia Silva** do PS, ficam muito agradados com o facto de haver candidaturas que foram ganhas e que possam permitir melhorar o serviço dos Transportes.

Relativamente à procura, gostaria de saber quanto aos inquéritos feitos no ano passado o que é que resultou daí e como é que se reflete no orçamento em apreço.

Como é que pensam que evoluirá a procura dos transportes em 2015.



MUNICÍPIO DO BARREIRO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Na rubrica dos combustíveis reduz cerca de 23% na sua previsão. Pretende saber se aquela redução se deve a melhorias e alterações nas carreiras e nos percursos que são feitos. Se tem a ver com o número de carreiras ou com os itinerários que ela vai fazer ou se a redução tem a ver exclusivamente com a redução do preço do gasóleo.

Nas despesas com pessoal e passa a citar "...a descida da remuneração média mensal dos 894,56 euros para os 839,23 euros...", "...assim como a diminuição de encargos para a Caixa Geral de Aposentações e Segurança Social por conta da entidade.". Neste sentido as pessoas que venham a ser "novas aquisições", como trabalhadores dos TCB, o seu salário é o salario mínimo. Existe algum motivo para o manter ou é uma questão de orçamento que a câmara destinou para a quele fim.

Relativamente às horas extraordinárias, o valor sobe em cerca de 15%, entre o ano 2014 e 2015. Existe algum motivo para essa subida.

Na aquisição de Hardware e Software que pensa ter a ver com o SMART Barreiro, é o projeto que tem que ver com a venda de bilhetes a bordo. Gostava de perceber melhor como é que pensam que essa aquisição, de cerca de quase 200 mil euros, podem vir a melhorar o desempenho da atividade.

Nas despesas com o pessoal, nomeadamente na Formação, que é sempre uma coisa importante e ainda mais numa situação em que têm sempre novidades. Na forma de conduzir, na forma de melhor rentabilizar os meios, em alterações que podem ser feitas nos hábitos diários. Gostava de saber que formação é que estava prevista. Só vê 15 mil euros naquela rubrica para quase 200 pessoas. Gostava que nas rubricas mais expressivas no próximo ano tivessem um comparativo.

O Deputado **Hugo Cruz** do PSD, também quer destacar a discussão havida na Comissão de Finanças, onde os TCB foram amplamente escrutinados.

Saúda todos os órgãos autárquicos, que ao longo dos anos trabalharam no sentido da sensibilização da necessidade da atribuição de indemnizações compensatórias aos TCB e também o papel do Governo atual na sua colaboração com o município na obtenção destas indemnizações. Isso contribuiu positivamente para o Orçamento dos Transportes Coletivos do Barreiro.

Lamenta que ainda assim e ao que parece, não é possível aliviar os barreirenses dos seus contributos para os TCB, uma vez que a verba recebida pela câmara se mantém.

É reconhecido o serviço público que prestam e até a sua qualidade, mas lamenta que o façam a duas das freguesias do concelho vizinha e não existam alguns esforços de sensibilização para que os vizinhos também ajudem a suportar estes encargos.



MUNICÍPIO DO BARREIRO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Houve uma variação significativa na redução da receita prevista com a venda de combustíveis em cerca de 23%. Por outro lado também prevê uma diminuição com o custo mas bastante menor.

Questiona o que é que vai afetar na idade média da frota dos TCB, o negocio com a Carris.

Pergunta se os encargos previstos com as contratações propostas estão no orçamento, ou se aqueles valores ainda serão ajustados.

Considerando que foi um ano atípico nos TCB, com algumas greves que foram ocorrendo, gostaria que o Vereador comenta-se sobre o impacto que essas greves tiveram na atividade dos TCB. E se prevê que 2015 tenham uma paz social mais evidente.

O Deputado **Hugo Abade** da CDU, leu um documento da CDU, relativamente ao PLANO DE ATIVIDADES, ORÇAMENTO, PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS E MAPA DE PESSOAL DOS SMTCB PARA 2015.

Em resumo refere que, os TCB são um fator determinante no desenvolvimento socioeconómico do concelho do Barreiro.

São o sinonimo de um serviço público e de qualidade, com rácios de gestão melhores do que alguns dos operadores privados.

Os TCB chegam a todo o concelho garantido que o direito à mobilidade é assegurado independentemente da centralidade do destino ou origem do percurso.

O Deputado **Vítor Nunes** do PSD, este documento é normalmente apresentado com bastante cuidado e muito interesse. Porém não pode deixar de constatar, que pelo menos a introdução tem diversos lapsos. Lê uma frase da introdução "... insistimos na ideia de que a melhor opção...", não faz sentido que faça parte do texto do documento que lhes estão a pedir para aprovar.

O Deputado **Amílcar Romano** do PS, os Transportes Coletivos do Barreiro, sempre mereceram o apoio de todas as bancadas representadas na Assembleia ao longo das décadas. É uma área que tem sido pacífica pela sua importância para o concelho e para os seus habitantes.

O apoio que sai da câmara para os TCB também tem sido sempre assumido de forma pacífica por todas as forças políticas ali representadas.



MUNICÍPIO DO BARREIRO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Quando fala da receita não gosta que se dê tanta ênfase à diminuição de 22 mil euros para 5 mil euros da Direção Geral do Tesouro.

Denota uma diminuição de utentes e relativamente aos títulos de transporte para 2015 está previsto um aumento de 201 mil euros, será que tem a ver com a utilização da bilhética dos TCB.

Não percebe que nas despesas de pessoal, haja numa diminuição de encargos com a saúde na ordem dos 84 mil euros e de segurança social na ordem dos 105 mil euros.

Custa-lhe compreender numa análise sumária sobre o tempo de vida das viaturas, que é nos materiais diversos haver uma redução de 372 para 341.

Nas despesas de Capital apresenta um aumento de despesa em *Hardware* e *Software*, de 69 mil euros e nos autocarros apresenta uma redução de 106 para 98 mil euros.

Isto são números sem critério de gestão, porque é incompreensível que, onde se deveria investir mais, que é nas manutenções dos autocarros não sejam dotadas com verbas no sentido de resolver as avarias. Também nas reparações uma grande redução de 279 mil euros para 197 mil euros.

O Deputado **Rui Ferrugem** da CDU, a discussão dos TCB nunca foi uma arma de arremesso em termos políticos, porque de todas as bancadas representadas na Assembleia e na Câmara, consideravam e bem, que um dos principais investimentos dos Concelho é os autocarros. É uma questão que sempre os uniu tendo em conta a sua importância para o Concelho.

Questiona o deputado Amílcar Romano, se os autocarros param assim tantas vezes por problemas de manutenção, como podem ter os indicadores de excelência que têm na área metropolitana de Lisboa.

No negócio com a Carris para adquirir 8 autocarros, estes foram todos vistoriados. Reduzindo-se assim a idade média da frota e o custo refletido no orçamento com a aquisição de peças para a manutenção.

Sobre a referência feita aos combustíveis, diz que estes nunca estiveram tão baixos como agora, mas não é o único fator. É evidente que um carro que não esteja tão usado gasta menos do que aquele que foi substituir.

Tanto o poder central como o poder local com âmbitos diferentes, deveriam-se respeitar. Com o atual secretário de estado conseguiram-se duas coisas, uma foi a repartição das receitas feita à proporção dos passageiros transportados. A outra questão foi as indemnizações compensatórias.



MUNICÍPIO DO BARREIRO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

A dívida antiga a operadores, não ficou para trás. Não era da responsabilidade da câmara, foi criada por não darem as indemnizações compensatórias por serviço público. Com os dinheiros que vão resolver vão tentar sanar essa situação faseadamente.

O Deputado **André Pinotes** do PS, saudação ao presidente da mesa por ter entendido interromper os trabalhos conjuntamente com as outras bancadas na última Assembleia, porque como podem ver hoje têm ali uma discussão bastante mais profícua.

Hoje não estão a deliberar a existência dos Transportes Coletivos, estão a analisar o orçamento dos TCB para 2015.

Estão a falar de um orçamento de onze milhões de euros. É um serviço que é fundamental para a cidade do Barreiro e para que fique claro o Partido Socialista é contra a privatização dos TCB. Mas não querem ficar condicionados na sua análise nem ficarem presos ao seu sentido de voto.

Como é que o executivo municipal, comenta que para o aluguer dos autocarros em termos de receita estejam previstos 500 mil euros e que na publicidade estática estejam previstos 100 mil euros e como é comparável com o executado em 2014.

Reforça que 0,14% para a formação é muito pouco para quem defende o interesse dos trabalhadores.

O VEREADOR RUI LOPO – Sobre os alugueres e publicidade trata-se da expectativa que têm de realizarem aquela receita e gostariam de a alcançar mas é muito difícil. As regras do POCAL obrigam a que as receitas sejam iguais às despesas.

Os TCB foram convidados a ir à Assembleia Municipal de Lisboa para lhes explicar com é feita a sua gestão. Tem que se ter em conta a lógica metropolitana da articulação dos transportes, daí que a visão municipal pode ser diferente, da do Barreiro para a de Lisboa.

Os inquéritos têm um exercício. Procuram fazê-los todos os anos para poderem monitorizar os aspetos de qualidade. Porque não tem recursos financeiros para fazer de uma forma muito especializada, socorrem-se dos estagiários das escolas do concelho que trabalham essas matérias, com um acompanhamento técnico-científico, que procuram que também venha ou da Universidade ou da própria escola.

Não se podem esquecer, do quadro legislativo que têm para gerir um serviço municipal de transportes. É preciso não descontextualizar este orçamento.

A redução do custo do gasóleo tem a ver com a redução do valor, mas as expectativas é de subida em Janeiro do ano que vem. A redução tem ainda a ver com uma



MUNICÍPIO DO BARREIRO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

renegociação do valor dos combustíveis num quadro de negociação metropolitano e com um conjunto de otimizações, quer dos TCB, quer da câmara. Os TCB são fornecedores de combustível para a câmara.

Existe uma redução na despesa com o pessoal, porque em 2014 houvera muitas situações de reforma, em 2015 como não podem reduzir mais o quadro de pessoal existe menos impacto na comparação.

A formação é um dos seus principais objetivos. Destacaram uma pessoa com perfil para fazer o acompanhamento. Mas o mesmo contexto legal que há pouco explicou, na dificuldade de contratarem mais pessoas, coloca-os numa posição entre colocar mais carreiras ou o de dar formação. É este o equilíbrio que têm que procurar.

Já tem tido várias formações. Há dois anos toda a estrutura teve uma formação de relação com o utente. Já tiveram formação na condução de crianças, de condução defensiva. Infelizmente não é tão regular como gostariam.

Registou a sugestão da rubrica ser mais discriminada.

O orçamento que têm, tem menos 600 mil euros o que significa redução de dívida. Não é porque vão ter menos manutenção.

Este ano têm pela primeira vez o que é justo para não estarem a ser onerados em nenhum dos orçamentos. Que é o Estado através dos passes intermodais compensar o operador. Do L123 ainda não receberam nenhum dinheiro e ainda lhes falta receber por via do título o "Navegante". Fez umas contas que se recebessem o que é devido face ao passe do Barreiro, tinham a receber 875 mil euros pelo "Navegante", por parte da administração Central. Aqui está uma boa forma de desonerar o orçamento.

Quanto à aquisição dos carros da Carris o valor integral não está no orçamento de 2015, porque pensam transitar, alguma da verba que vai permitir comprar parte dos carros. A idade média da frota deve andar à volta dos 16 anos

O Deputado **André Pinotes** do PS, o Partido Socialista solicita uma breve interrupção para poderem discutir um ou outro aspeto.

Como declaração política, quer dizer que o consenso do Partido Socialista é com o serviço público. No sentido de escrutinar, verificar o que está incorreto, denuncia-lo e propor alternativas. No que considerarem que é positivo, apoiar.

Convém que fique claro na Assembleia que ao nível da Vereação o Partido Socialista, tem apoiado e sido sensível nas matérias dos recursos humanos, nomeadamente dos assistentes operacionais. Porque entendem que é a defesa do serviço público que está em causa.

No apoio à modernização dos serviços e em tudo aquilo que surgir e que for bom para os TCB, será bom para o Barreiro e para o Partido Socialista também. Na defesa dos direitos dos trabalhadores também estarão sempre nessa primeira linha. Não contém



MUNICÍPIO DO BARREIRO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

só com eles para aprovarem documentos agregados a coisas com as quais não concordam ou não lhes parecem as mais indicadas.

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal**, depois de submeter a proposta à aprovação, pergunta se algum deputado municipal pretende fazer declaração de voto.

O Deputado **André Pinotes** do PS, faz uma declaração de voto.

Dado o relevo do ponto o Partido Socialista irá entregar uma declaração de voto por escrito na mesa.

De qualquer maneira quer deixar apenas uma nota sintética. A convergência que ali foi falada pelo deputado Rui Ferrugem, mantém-se naquilo que é a interpretação do Partido Socialista, uma vez que, tudo farão naquela ou noutra esfera da ação política para a manutenção do Serviço do Transporte Coletivo do Barreiro, na esfera pública, com qualidade e ao serviço das pessoas.

Face ao que foi a análise e tendo em conta as sugestões do relatório da IGF, entendem que existem algumas práticas que não serão as mais acertadas. O que detalharam com certeza na declaração de voto por escrito.

O Partido Socialista estará sempre, ao lado do desenvolvimento do Barreiro e entende que os TCB são uma mais-valia para esse mesmo desenvolvimento.

3.4 ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO DO CONSELHO MUNICIPAL DO ASSOCIATIVISMO;

A Assembleia Municipal aprovou por **MAIORIA**, com 28 votos a favor, 17 da CDU, 8 do PS, 2 do BE e 1 do MCI e 2 abstenções do PSD, a proposta acima referenciada. O documento encontrando-se inserto no final desta ata como “**Anexo C**”.

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal**, a proposta corresponde a uma recomendação aprovada por unanimidade pela Assembleia Municipal e trata-se apenas dos representantes da Assembleia Municipal no Conselho Municipal do Associativismo, passarem de dois representantes para quatro.

O Deputado **Vítor Nunes** do PSD, questiona se aquela é a única modificação ao Regulamento.



MUNICÍPIO DO BARREIRO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal**, responde afirmativamente de que aquela é a única modificação ao REGULAMENTO DO CONSELHO MUNICIPAL DO ASSOCIATIVISMO.

O Deputado **Vítor Nunes** do PSD, faz uma declaração de voto.

“Relativamente a esta modificação do REGULAMENTO DO CONSELHO MUNICIPAL DO ASSOCIATIVISMO, o grupo municipal do PSD, que foi o principal promotor deste alargamento, desta representatividade no Conselho Municipal do Associativismo, abstêm-se porque, sugeriu em determinada altura e colocou à votação e à ponderação dos senhores deputados, a possibilidade de como existe noutros observatórios e organismos municipais, de todos os grupos municipais terem a faculdade e a possibilidade de indicarem um representante seu para o Conselho Municipal do Associativismo.

Eu queria deixar esta ideia, penso que é uma forma útil e profícua de colocar todos a participar.

E gostava que numa futura ocasião, este tipo de mecanismo, este tipo de possibilidade fosse ponderada, ou seja todos os grupos municipais poderem designar um eleito ou até eventualmente como existe noutros organismos, um não eleito, um cidadão eleitor do concelho do Barreiro.”

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal**, tal e qual como tinha sido combinado na Conferência de Representantes, estão em condições de passarem à votação dos representantes da Assembleia Municipal no Conselho Municipal do Associativismo

A lista que lhe foi presente de acordo com o combinado é constituída por um representante de cada um dos quatro maiores partidos.

- Vítor Manuel Batista Ribeiro dos Santos – CDU
- Amílcar dos Santos Romano - PS
- Vítor Sérgio de Castro Nunes - PSD
- André Filipe Soares da Silva Antunes – BE

Não havendo mais nenhuma lista, passa de imediato à votação que é secreta, e distribui os votos pelos deputados municipais.

A lista foi aprovada por **unanimidade**.



MUNICÍPIO DO BARREIRO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

3.5 RATIFICAÇÃO DO PARECER VINCULATIVO RELATIVO À PROPOSTA DE DECRETO-LEI QUE PRECONIZA A FUSÃO DOS SMM DE ÁGUAS E SANEAMENTO;

A Assembleia Municipal aprovou por **MAIORIA**, com 28 votos a favor, 17 da CDU, 8 do PS, 2 do BE e 1 do MCI e 2 votos contra do PSD, a deliberação da Câmara Municipal acima referenciada e apresentada pela Senhora Vereadora Sónia Martins, o documento encontrando-se inserto no final desta ata como “**Anexo D**”.

A VEREADORA SOFIA MARTINS – o conteúdo do parecer é muito expressivo sobre o que a câmara do Barreiro, considera ser relevante, para fazer chegar ao senhor Ministro, quanto à matéria que lhes foi proposta deliberar ou seja sobre o decreto-lei que preconiza a fusão dos Sistemas Multimunicipais de Águas e Saneamento na Região.

Em 2004 naquela mesma casa a câmara municipal do Barreiro e a Assembleia Municipal, pronunciaram-se pela entrada do município do Barreiro na SIMARSUL, sobre a criação daquela empresa, segundo o decreto-lei 286 de 2003, que explicava o projeto daquele sistema.

Assinaram também, todas aquelas entidades, um acordo, em que firmaram uma série de intenções, entre as quais acham por bem não abrir mão delas.

Destaca algumas que lhe parecem mais importante, como a questão do domínio das ações daquelas empresas continuarem a ser públicas. De os municípios acionistas da SIMARSUL poderem ter assento no Conselho de Administração e com isso poderem influenciar e ajudar a criar condições, tanto nos investimentos, como na decisão daquilo que seria a vida daquela Sistema Multimunicipal. Como poderiam influenciar na questão das tarifas a praticar junto dos seus munícipes.

Hoje com aquela fusão o que se propõe é que a SIMARSUL se extinga e que passe a integrar com mais 99 concelhos. Ou seja, estes oito municípios com mais noventa e um municípios, passem a integrar uma empresa chamada “ÁGUA DE LISBOA E VALE DO TEJO”, em que os municípios passaram apenas a pertencer a um Conselho Consultivo. Onde não terão assento no Conselho de Administração, e não lhes é garantida a manutenção de direito de voto e os seus direitos patrimoniais entre outros que são consagrados nas sociedades comerciais.

Não foi este o acordo do Estado Português com os oito municípios que constituíram a SIMARSUL. Renunciam de certa forma a entrada do Barreiro neste novo sistema.



MUNICÍPIO DO BARREIRO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

O Deputado **André Pinotes** do PS, sobre a criação daquela nova rede de serviços multimunicipais o Partido Socialista quer ser muito concreto.

Entendem que não defende o interesse do Barreiro. Defendem que a criação daquele “monstro”, para a gestão de questões tão relevantes, não vai trazer ganhos de funcionamento.

Não lhes parece sensato que queiram dar um tratamento igual para as realidades distintas dos concelhos.

O peso específico de cada município e que levará a que um município com a dimensão do Barreiro tenha muito pouco a dizer no caso de decidir intervir na rede

São contra a criação daquele sistema multimunicipal e entendem que reconfigura um retrocesso.

O Deputado **Vítor Nunes** do PSD, relativamente àquele projeto proposto pelo Governo, pedem-lhes que se prenciem.

Pessoalmente não tem certezas absolutas. Algumas ideias que lá estão são meritórias, numa tentativa de gerir com mais escala, de permitir que alguns municípios do interior tenham acesso a tarifas mais baixas, a ideia de haver solidariedade entre municípios e de haver sustentabilidade do sistema e com isso haver a renovação das redes de abastecimento e de saneamento. Onde uns estão mais necessitados do que outros e pensa que o Barreiro é um deles. Segundo sabe os fundos comunitários, como agora estão desenhados, não vão financiar aqueles investimentos. É um problema de todos, onde têm que encontrar a melhor forma.

A questão que coloca é se a posição da Câmara do Barreiro neste momento é de pura e simples rejeição ou se é uma posição de negociação com o Governo.

Este projeto em grande escala, envolve a criação de um sistema Multimunicipal em Alta de abastecimento de água, gostava de saber como está o *dossier* alternativo.

A VEREADORA SOFIA MARTINS – Nestas matérias têm razões para apontar a sua discordância. Têm a certeza que aquela não é uma escala admissível. É uma escala megalómana. Têm outros exemplos ao nível de entidades públicas de que aquela escala não favorece a participação do munícipe nem dos seus representantes nas empresas criadas e isso vai provocando um afastamento daquilo que acham ser a causa pública e a sua capacidade de regular um serviço que é seu. Independentemente de até poder haver alguma matéria operacional que possa vir a resultar.



MUNICÍPIO DO BARREIRO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Com o encerramento dos vários postos da EDP que serviam as várias localidades, sabem que se hoje houver um “apagão” à sexta-feira não têm o problema resolvido antes de segunda ou terça-feira. Porque as economias de escala naquelas matérias são feitas numa gestão muito criteriosa dos meios. Onde se corta nos recursos e se corta nos meios.

No Barreiro só estão a falar na SIMARSUL. Só estão a falar de Redes de Saneamento em Alta. Todas elas feitas pela SIMARSUL desde 2004. Qualquer investimento na baixa continua a ser da responsabilidade do município.

Investimento novo para o Barreiro não será necessário mas existe investimento a fazer noutros sítios. Em que o Barreiro vai ter que com muitas dificuldades pagar a sua conta e no futuro disponibilizar-se para pagar outros investimentos sem ter voto para deliberar se é justo ou não, efetivamente esse investimento. Os barreirenses não regulam esses investimentos mas vão ter que os pagar.

Preocupa-a grandemente quando o ministro anuncia que se não houver escala, não haverá fundos comunitários. Reconhece o senhor ministro que o Barreiro precisa de dinheiro para investir nas suas redes em baixa, mas que não o terá, se não agregar/fundir com outros municípios. Ou o Barreiro prescinde do direito de gerir as suas redes com as suas populações ou não verá dinheiro de fundos comunitários. Já tiveram oportunidade de informar o senhor ministro que o Barreiro não está disponível para prescindir de um bem que é essencial ao exercício democrático das populações sobre um serviço que é seu.

Sobre a Constituição do Sistema Intermunicipal, procuram sempre soluções que favoreçam as populações. Consideram que o abastecimento em Alta e visto que todos na Península usufruem do mesmo recurso hídrico, pode haver necessidade no futuro de ser gerido de forma diferente, Precisam de se juntar todos para gerir bem aquele recurso para o bem das suas populações. Os municípios da Península de Setúbal, juntaram-se para estudar e para abrir a possibilidade de constituírem uma empresa que pudesse gerir essa exploração de água e abastecer esses municípios. Existe uma escala que é benéfica, mas que traz sempre associada um controle absoluto.

Este decreto-lei é muito difícil. Difícil porque lhes retira muitas matérias, como a do afastamento do direito de voto, de direitos patrimoniais das empresas que se extinguem. O Barreiro nesta nova associação fica claramente prejudicado no seu património, os seus munícipes no afastamento do seu poder de relação e na forma como vai poder conduzir o futuro das suas redes.

O Deputado **Vítor Nunes** do PSD, compreende a coerência e a profundidade da posição expendida pela Vice-presidente.

Das projeções que pode ver. E a tarifa é um elemento importante. As tarifas do Barreiro seriam reduzidas com a adesão a esse Sistema Multimunicipal. Pensa que o



MUNICÍPIO DO BARREIRO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

interesse do utente mais do que o interesse do município que está interessado em participar na gestão das águas. Porque o que interessa é os municípios poderem nomear os seus representantes nos Conselhos de Administração dessas empresas gestoras. O que interessa é se o utente é ou não bem servido, se os preços são ou não mais baixos, se são comportáveis pela população e se o sistema é sustentável a longo prazo.

O Deputado **Rui Ferrugem** da CDU, não entrará em questões de natureza técnica, porque não é essa a sua área.

Estão perante situações

Cria-se uma monstruosa estrutura com 99 situações totalmente díspares, mas diz-se que a tarifa vai ser agradável.

Nas situações relacionadas com a eletricidade também falavam que ia baixar mas aumentou.

Fala-se em solidariedade ou em subsidiariedade em relação aos municípios, mas o que vêm é que quem geriu mal determinados municípios vão prejudicar os que geriram bem e que estão a tentar equilibrar com muitas dificuldades a terem que através de um FAM pagarem para a má gestão de outros. Sem ter sido feita nenhuma análise, município a município, nesses casos

O Barreiro já tem uma articulação entre municípios que trabalham em conjunto a uma escala óbvia para tentarem maximizar e tornar mais eficaz a situação.

Nós temos um aquífero fabuloso. De uma rabanada só, vão se os equipamentos as estruturas e os esforços que todos os anos são feitos em termos de investimento.

Colocam os municípios numa posição de mera auscultação.

O Deputado **Mário Durval** do BE, este é um âmbito claro de que não se trata de um problema técnico, nem de gestão. Isto é um assalto.

Este Governo é um conjunto de indivíduos a soldo do grande Capital Internacional.

O que está em causa é a democracia. Todas estas medidas feitas por este governo e por outros governos neoliberais pelo mundo fora, vão no sentido de entregar de mão beijada e de fazer um saque, aquilo que é a propriedade coletiva. Não vai melhorar em nada, porque nunca melhorou. Não há um exemplo em que não seja o de criarem monopólios e de acabarem com a concorrência.

O Bloco de Esquerda só pode estar solidário com a posição da câmara.

É de baixo para cima que se constituem associações. Estas não podem ser impostas. Isto não é uma Associação é um esbulho.



MUNICÍPIO DO BARREIRO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

O Deputado **Vítor Nunes** do PSD, intervém em Defesa da Honra.

Naquela situação podem ter concessões diferentes, mas é escusado acusar seja quem for de esbulho. O tema da Água é fundamental, sabem que a situação melhorou muito com a intervenção dos municípios, dos governos e da União Europeia.

Que o aquífero é fantástico mas que a água sai na torneira limpa e podendo ser bebida por força dos investimentos e da preocupação os que esbulham, também.

Têm que procurar o melhor sistema para servirem as populações.

O Deputado **Amílcar Romano** do PS, a questão da Água é hoje e será no futuro um *dossier* de extrema importância. Por ser um elemento determinante para a vida humana.

O que está em causa não é uma intenção solidária de uns municípios para outros municípios. É sobretudo de umas regiões para outras com características completamente diferentes.

Nesta região neste momento não existem problemas ao nível do abastecimento de água pública.

A Península de Setúbal é uma realidade que deve de ser defendida. O sistema de captação que têm e que lhes permite, serem privilegiados e de terem água de alta qualidade, não tem que ser gerida com municípios com características, quer de abastecimento quer de captação, completamente diferentes.

É demasiado grave retirar competências a um sistema associativo que funciona de uma forma equilibrada, para passarem para outro em que ninguém sabe bem como vai ser e o que é que vai acontecer.

Da parte do Partido Socialista, tudo farão no sentido de apoiar e reforçar o funcionamento da Associação SIMARSUL. Não vão entrar em processos estranhos e obscuros em que as lógicas de Escala não explicam nada.

A VEREADORA SOFIA MARTINS – Lê uma frase do decreto-lei, “os municípios acionistas mantêm na sociedade, independentemente da sua participação social, os direitos de que eram titulares em virtude do disposto na Lei comercial enquanto acionistas das Sociedades Concecionárias extintas, com exceção dos direitos de voto, dos direitos patrimoniais e de todos os direitos decorrentes do nº8 do artigo do Código das Sociedades Comerciais”.

Logo à partida quando se pede a qualquer entidade que entre numa nova sociedade, que prescindia do seu direito de voto e dos direitos patrimoniais, para passar a fazer parte de um Conselho Consultivo, é pedir demais.

Sobre os apelos feitos por municípios de todas as “cores” do País, ao senhor ministro, este não foi capaz de atender a nenhum dos pedidos. Não existiu nenhuma reunião para ser discutida a matéria. Foi decretada antes de ser discutida.



MUNICÍPIO DO BARREIRO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Quanto às tarifas passarem a ser mais baratas, não encontra nenhuma referência a essa matéria. Embora exista um estudo de viabilidade financeira que foi divulgado. Não conhecem nenhum estudo que sirva de base às projeções que o deputado Vítor Nunes referiu. Não têm como discutir se aquela é uma projeção realista.

Em 2012-2013 foi proposto à câmara municipal do Barreiro, pela SIMARSUL, um aumento da sua tarifa em 10%. Foi fixado em 5% via entidade reguladora e a ministra Assunção Cristas fixou em 7,5%. O que está previsto na projeção que não tem base científica, não corresponde ao que foram os aumentos nos últimos dois ou três anos.

3.6 ALTERAÇÃO DOS ESTATUTOS DA ASSOCIAÇÃO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA DA REGIÃO DE SETÚBAL - (AIA);

A Assembleia Municipal aprovou por **MAIORIA**, com 28 votos a favor, 17 da CDU, 8 do PS, 2 do BE e 1 do MCI e 2 abstenções do PSD, a deliberação da Câmara Municipal acima referenciada e apresentada pela Senhora Vereadora Sónia Martins, o documento encontrando-se inserto no final desta ata como “**Anexo E**”.

A VEREADORA SOFIA MARTINS – este ponto está muito bem fundamentado, até pelos considerandos que a AIA apresenta.

A alteração deve-se à legislação ter sido atualizada.

A comparticipação dos municípios foi retificada no seu valor. Os municípios faziam a transferência para a AIA, através de duas formas de comparticipação, uma fixa e outra variável. Por causa dos estatutos tiveram que passar tudo para a comparticipação fixa, e o que se prevê é a inclusão nos estatutos do valor da sua comparticipação fixa.

O Deputado **Vítor Nunes** do PSD, aproveita para ficar a saber mais coisas sobre a Associação Intermunicipal da Água.

Viu que na designação da Associação, se destina à construção do tal Sistema Multimunicipal em Alta de abastecimento de água. O que significa também o afastamento dos serviços relativamente aos munícipes e às populações, numa escala que parece adequada segundo a senhora Vereadora.

Gostava de saber qual é o valor do orçamento daquela Associação e o que é que ela faz exatamente. Independentemente dos méritos da Associação que os deve ter,



MUNICÍPIO DO BARREIRO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

existe um valor. Ao haver uma contribuição para aquela Associação deixa de haver para outras finalidades, como por exemplo na reparação de um autocarro dos TCB.

Por outro lado a alteração estatutária tem pelo menos no documento uma modificação que diz “que as contribuições anuais fixas dos municípios associados são correspondentes a 0,07% para 0,15% do global do montante do FEFE e participação no IRS, atribuídos anualmente a cada município”, aparentemente existe uma duplicação da contribuição. Deve de ter uma explicação e se calhar estão a falar de valores irrisórios, mas gostava de ser esclarecido.

A VEREADORA SOFIA MARTINS – Esta é uma matéria que lhes é muito querida. Os barreirenses estão quase a festejar 80 anos de abastecimento de água.

A AIA é uma associação criada por 8 municípios, com o intuito de trabalhar as matérias relativas ao abastecimento de água. O primeiro trabalho da AIA foi o de fazer um estudo de conceção de um sistema. Pensado para ver como é que explorariam o recurso hídrico até 50 anos. Prevendo e fazendo estudos hidrogeológicos no sentido de perceber como é que era a evolução das captações. Se são captações seguras, se garantem os abastecimentos. E de perceber se efetivamente esse futuro é garantido.

Quando se utiliza um recurso que é conjunto, este tem que ser gerido em conjunto.

Por várias vezes a AIA se deslocou à APA, porque pensa que esta também devia de ter um papel nessa gestão conjunta. Ali e no resto do País.

Não é certo que qualquer município possa gastar água sem qualquer controle, prejudicando depois o futuro de um recurso que pertence a todos.

Mais do que uma questão só técnica é também uma questão política. A AIA é uma associação entre oito municípios que acham que efetivamente tem que defender as matérias da água na esfera pública e municipal. Por isso se associam. Esta é uma associação entre partes que se respeitam e que têm um interesse comum. Têm uma escala que é perfeitamente razoável, que não retira, como nunca retirou à SIMARSUL, a escala.

É conhecido às várias reuniões que fazem com as populações para resolverem problemas de drenagens, de esgotos domésticos ou de abastecimento de água. Esta é uma escala que permite que se continue esta relação.

São municípios que se associam e que se lhes dá responsabilidades na partilha de um bem comum. Não lhes é retirado qualquer objeto da sua esfera de intervenção.



MUNICÍPIO DO BARREIRO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Sobre os valores, tinham uma comparticipação fixa que fazia parte dos estatutos e uma variável que não estava nos estatutos. Tinham que passar a ser as duas fixas então foi criado uma única sobre o título de “participação fixa”.

A AIA extingue-se no dia em que cumprir as suas funções. O orçamento da associação, são de cerca de 12,780 euros por ano. É proporcional ao FEFE e IRS de cada município.

3.7 CONTRATAÇÃO EM REGIME DE CONTRATO DE TRABALHO EM FUNÇÕES PÚBLICAS POR TEMPO INDETERMINADO PARA A CATEGORIA DE ASSISTENTES OPERACIONAIS.

A Assembleia Municipal aprovou por **UNANIMIDADE**, a deliberação da Câmara Municipal acima referenciada e apresentada pelo Senhor Vereador Rui Lopo, o documento encontrando-se inserto no final desta ata como “**Anexo F**”.

O VEREADOR RUI LOPO – a proposta foi introduzida, na O.T. da assembleia a pedido da Câmara porque depois só tinha cabimento durante o mês de março o que provocava o atraso de alguns trabalhadores necessários para o regular funcionamento dos serviços.

A proposta tentou ser clara porque agrega um conjunto de entradas. Dois Assistentes de Eletromecânica, quatro Assistentes Operacionais para as funções de fiscalização e a reposição no quadro de pessoal dos Assistentes Operacionais – Agentes Únicos, até ao limite do que o quadro prevê.

A Deputada **Zélia Silva** do PS, a bancada do PS vai votar favoravelmente porque entendem que a redução de efetivos levada a cabo ao longo do tempo e a necessidade de manter a qualidade, a eficiência e a eficácia dos serviços que prestam à população, merecem o parecer favorável no recrutamento.

O Deputado **Hugo Cruz** do PSD, questiona qual é o custo inerente à contratação daquelas 6 pessoas.



MUNICÍPIO DO BARREIRO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

O Deputado **Mário Durval** do BE, faz um apelo aos deputados municipais, para comparecerem no dia 10 de Dezembro às 21 horas, à apresentação das duas primeiras “cidades dos afetos”, que são o Barreiro e Caldas da Rainha, no AMAC.

O Deputado **Paulo de Deus** da CDU, pergunta à câmara municipal, se os valores que estão previstos para as contratações, são os que estão indicados na proposta.

O VEREADOR RUI LOPO – Na câmara e nos TCB levam ao limite o que é o quadro pessoal disponível.

Os valores correspondentes às contratações estão na proposta e para 2015 ronda os 4.040/mês.

ENCERRAMENTO

O Senhor Presidente da Assembleia deu por encerrados os trabalhos pelas 23 horas e 54 minutos do dia 9 de dezembro de 2014, constando a gravação áudio desta sessão arquivada, nos serviços da Assembleia Municipal.

APROVAÇÃO DA ATA

Para constar e produzir os seus efeitos legais, se lavrou a presente ata que após lida e aprovada por **MAIORIA** na reunião ordinária realizada em **7 de setembro de 2017**, vai ser assinada por mim Ana Paula Monteiro, Assistente *Paula Monteiro* Técnica que a lavrei e pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal Frederico Fernandes Pereira.

O Presidente da Assembleia Municipal

Frederico F. Pereira